

Carta Mensal Educacional

Publicação do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação

ISSN 1414-4778

Ano: 27 nº: 258 - fevereiro de 2022

<https://www.youtube.com/watch?v=ur1qGBsm3hs>

Educação superior no Brasil: antecedentes, evolução e desafios

João Roberto Moreira Alves (*)

A educação superior no Brasil é relativamente nova, se comparada com outras nações que surgiram no continente americano.

No mundo os registros mostram que a Universidade de Bolonha, na Itália, foi a primeira do mundo, fundada em 1088.

Não obstante os seus mais de 930 anos é uma das mais respeitadas organizações das áreas da ciência e tecnologia. Constantemente é ranqueada entre as melhores do mundo, figurando entre as Universidades de Elite Mundial segundo indicadores como o ARWU (*Academic Ranking of World Universities*), QS World (QS World University Rankings) e outras entidades de pesquisas das universidades.

Recentemente se tornou a universidade europeia mais preparada para o futuro e sexta no ranking mundial do Times Higher Education, que monitora o impacto das universidades na sociedade usando os parâmetros indicados pela Organização das Nações Unidas.

Ao longo dos anos outras universidades foram criadas na Europa e Ásia até o descobrimento das Américas.

As primeiras universidades se fizeram na América espanhola. Criada em 1538, a Universidade de São Domingos é historicamente a primeira universidade das Américas. Depois vieram as de San Marcos, no Peru (1551), México (1551), Córdoba (1610), Bogotá (1662), Cuzco (1692), Havana (1728) e Santiago (1738).

Nos Estados Unidos da América a Universidade de Harvard, foi a pioneira, em 1636, em Cambridge, Massachusetts e no Canadá o King's College (hoje Universidade de Toronto), em 1827.

No Brasil, durante todo o período colonial, só existiam escolas que hoje chamamos de educação básica.

Entre a chegada dos portugueses ao país, em 1500, e 1549 não existia sequer uma escola.

Quase cinquenta anos depois do descobrimento os Jesuítas receberam permissão para iniciar o processo educativo que permaneceu por 210 anos, até serem expulsos de Portugal e colônias em 1759.

Naquele ano entramos num período que o ensino passou a ser estatal, dentro do modelo estabelecido pelo Conde de Oeiras, mais tarde denominado Marques de Pombal, que foi conduzido até a chegada da Família Real em 1808.

O financiamento da educação decorria dos cofres públicos, e com o objetivo de pagar os professores foi criado em 1772 (e extinto em 1816) o chamado “subsídio literário” que era um tributo incidente sobre bebidas (vinho, aguardente) e carnes frescas.

O Brasil não produzia livros e os primeiros chegaram pelos Jesuítas. Depois de sua expulsão os que entravam na colônia vinham, em sua maioria, através de contrabandos para evitar serem apreendidos em função das decisões da Real Mesa Censória, que era um tribunal que avaliava as obras e proibir àquelas que comprometessem a ordem vigente.

Com a chegada de D. João VI os cenários mudaram para o País e além de promover formas de melhoria da educação, foram criadas as primeiras instituições de ensino superior.

Eram, na verdade, escolas isoladas, sendo a pioneira a Escola de Cirurgia da Bahia, criada em 1808.

Também no mesmo ano foi transferida para o Rio de Janeiro a Academia Real de Guardas-Marinha, fundada em 1782, em Lisboa.

Dois anos mais tarde foi criada a Real Academia Militar que deu nova estrutura à Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho criada em 1792, nos moldes da organização com a mesma denominação instalada dois anos antes em Lisboa.

Seguiram-se, especialmente na época do Império, outros estabelecimentos de ensino superior, mas sem estrutura de universidade.

Somente em 1909 surge a Escola Universitária Livre de Manaus que reunia as três áreas do conhecimento (extas, humanas e biológicas) e foi a primeira a congregar as escolas em uma única administração. A instituição mudou de nome por várias vezes e hoje é a Universidade Federal do Amazonas.

Há registros que a criação da primeira instituição com a denominação de universidade foi a Universidade do Paraná, em 1912.

Contudo, somente em 1920, por decreto federal, foi criada oficialmente a primeira universidade - a Universidade do Rio de Janeiro reunindo a Escola Polytechica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

O ato reconhecia a autonomia universitária e afirmava que a direção seria confiada ao presidente do Conselho Superior do Ensino, na qualidade de reitor, e ao Conselho Universitário, com as atribuições previstas no respectivo regulamento.

Feitas essas considerações sobre os antecedentes e surgimento da educação superior no Brasil passemos a abordar alguns aspectos acerca de sua evolução.

Existem muitos pontos positivos que podemos considerar notadamente no tocante a aspectos quantitativos.

Segundo os dados do Ministério da Educação existem 2.970 entidades, entre públicas e privadas, sendo 204 universidades, 395 centros universitários e 2.371 faculdades.

Os dois primeiros grupos possuem autonomia para criar cursos de graduação, permitindo uma rápida expansão, enquanto o último depende de autorização governamental para o seu crescimento.

O Brasil tem cerca de oito milhões de estudantes de graduação matriculados em instituições de ensino superior sendo uma forte predominância nas organizações mantidas por entidades não governamentais.

Considerando a população brasileira e a necessidade de um grande desenvolvimento nos próximos anos é imprescindível o aumento significativo do número de alunos nos cursos de graduação e de pós graduação.

Mas quais são os entraves?

Existem diversos fatores que dependem fundamentalmente da vontade política de considerar a educação como uma das principais prioridades nacionais.

O nosso País tem um triste quadro de constantes mudanças de Ministros da Educação o que gera frequentes alterações dos planos governamentais para o setor.

As metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação não são atendidas e os compromissos assumidos – inclusive junto a organismos internacionais – são esquecidos sem haver grandes cobranças por parte da população, dos parlamentares e de outros setores produtivos que dependem de profissionais de qualidade para incrementar seus projetos de inovação e modernidade.

O encargo pelas pressões acaba ficando quase que exclusivamente nas mãos dos dirigentes das entidades representativas do setor educacional e das próprias instituições que são pressionadas por modificações intensas das normas regulatórias e pela morosidade no trâmite dos processos junto aos diversos órgãos do Ministério da Educação.

Outro significativo fator é a falta de financiamento para custear os estudos dos universitários nas instituições privadas. As linhas de fomento existentes trazem restrições e as exigências impostas pela legislação afastam as possibilidades de concessão de bolsas que permitem a compensação tributária por parte das entidades mantenedoras.

A pouca oferta de vagas nas universidades públicas faz com que as escolas particulares sejam a única opção para os estudantes e com falta de incentivos fiscais e incidência de alta carga de impostos acabam forçando a valores impossíveis de serem arcados pelas famílias.

Acrescenta-se a esses fatores o impedimento de haver no Brasil universidades nacionais, como ocorre em outras nações. Esse posicionamento do Ministério da Educação faz com que os grupos educacionais tenham que manter dezenas de instituições que, apesar de funcionarem em varias cidades com os projetos pedagógicos semelhantes, são obrigadas a possuir estruturas administrativas distintas que elevam bastante os custos.

As normas regulamentadoras do ensino superior precisam ser rapidamente alteradas simplificando os processos e eliminando os elevadíssimos custos que existem para atender às inúteis exigências do Poder Público

A fúria legislativa acaba tirando o foco prioritário dos dirigentes e educadores, que deve ser os sistemas modernos de aprendizagem.

Vemos hoje que nenhuma universidade brasileira está inserida nos diversos rankings das grandes organizações que avaliam a educação no mundo.

As considerações iniciais que fizemos mostram que iniciamos tarde o ensino superior em nosso País e não podemos ser também os últimos a ingressar numa fase onde o valor da aprendizagem é peça fundamental para o progresso.

Somente com uma reforma corajosa da educação brasileira teremos condições de avançarmos a passos largos para a modernidade.

(*) Presidente do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação

EXPEDIENTE

Carta Mensal Educacional

Publicação mensal do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação

Exemplares arquivados na Biblioteca Nacional de acordo com Lei nº 10.944, de 14 de dezembro de 2004 (Lei do Depósito Legal).

ISSN (International Standard Serial Number) nº 1414-4778 conforme registro no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT (Centro Brasileiro do ISSN), vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia.

Editora do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação cadastrada no ISBN (International Standard Book Number) sob o nº 85927 conforme registro na Biblioteca Nacional.

Reprodução permitida by Instituto de Pesquisas e Administração da Educação

Editor Responsável - João Roberto Moreira Alves

Edição e Administração - Instituto de Pesquisas e Administração da Educação

Av. Rio Branco, 156 - Conjunto 1.926 - CEP 20040-901 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

[http:// www.ipae.com.br](http://www.ipae.com.br) - e-mail: ipae@ipae.com.br

FICHA CATALOGRÁFICA

Carta Mensal Educacional

Nº 1 (fevereiro 1996) - Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas e Administração da Educação, 1980 - N.1: 29.5 cm - Mensal

Publicação do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação.

ISSN - 0103-0949